

Espaço Rural – Análise integrada multisectorial e pluridimensional no território

DALILA DIAS AUGUSTO * [dalilamdias@gmail.com]

JOAQUIM CARLOS PINHO ** [cpinho@ua.pt]

CARLOS JOSÉ RODRIGUES *** [cjose@ua.pt]

Resumo | Os resultados obtidos nos anteriores quadros comunitários vêm corroborar a falência de Programas de Financiamento que optaram pela visão parcial do território em detrimento da sua leitura transversal, bloqueando a integração ao nível da pluridimensionalidade (políticas territoriais) e da multisectorialidade (políticas sectoriais), panorama este agravado, quando se verifica esta orientação no espaço rural.

Perante os novos desafios que se impõem ao mundo rural, são muitos os autores que defendem que o turismo pode dar um forte contributo para a sua refuncionalização, porém, e aspirando-se ao seu bom desempenho no garante de um desenvolvimento equilibrado, a programação sectorial pode-se apresentar como inadequada.

Pretende-se através do Modelo de Avaliação Comparativa da Intensidade da Integração sugerir um paradigma de actuação nas áreas rurais de baixa densidade com vocação turística centrado na abordagem integrada e territorializada.

Palavras-chave | Integração, Territorial, Turismo, Rural, Políticas.

Abstract | The results obtained in previous frameworks corroborate the failure of financing programs that have opted for partial view of the territory at the expense of reading transverse to block integration at the level of dimensionality (regional policies) and multisectoral (sectoral policies), this panorama aggravated when there is this line in rural areas.

Based on the new challenges facing the countryside, many authors argue that tourism can make a strong contribution to their re-functionalization, however, and aspiring to his good performance guarantee for a balanced development, sector programming can present as inadequate.

It is intended by the Assessment Model Comparison of Intensity Integration suggest a paradigm for action in rural areas of low density tourism-oriented approach focusing on integrated and regionalized.

Keywords | Integration, Planning, Tourism, Rural, Policy.

* **Pós-Graduada em Inspeção da Qualidade em Turismo** pelo Instituto de Novas Profissões e **Mestranda** na Universidade de Aveiro.

** **Doutorado em Economia** pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) e **Professor Auxiliar** no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro.

*** **Doutorado em Ciências Sociais** pela Universidade de Aveiro e **Professor Auxiliar** na Secção Autónoma de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas, Universidade de Aveiro.

1. Políticas de planeamento – as diferentes abordagens e o papel da governação

A última década do séc. XX foi propícia a notórias mudanças no âmbito da governação territorial. De uma governação demasiada hierarquizada tomou lugar uma estrutura mais próxima dos cidadãos, fruto da ocorrência de uma descentralização e desconcentração das funções governamentais para o nível regional e local. Este quadro surge após uma retrospectiva dos resultados obtidos durante as últimas décadas, cujas ilações foram conducentes à necessidade da existência de uma governança mais territorializada, mais negociada e participada ao nível ascendente e descendente, onde "...os princípios da cidadania, da subsidiariedade e da democracia representativa e participativa." (Mafra e Silva, 2004) são uma constante na esfera da governabilidade, sendo hodiernamente reconhecida como uma mais valia para a capacitação de um território e das suas gentes. Esta abordagem no processo do planeamento territorial tem sido amplamente utilizada pela Agenda 21 Local e pelo Programa LEADER, cuja filosofia assenta no desenvolvimento sustentável local, não sendo por isso um paradigma que se compadeça com decretos ou imposições.

A sensibilização e a auscultação substituí-se à imposição, a flexibilidade à rigidez, contempla-se o todo em detrimento da visão parcial dos processos, do território e das políticas sectoriais; questiona-se e desenvolvem-se cenários a longo prazo baseados na prospectiva, a opinião do cidadão e das forças vivas do território é considerada e são considerados parte integrante dos processos de mudança.

O Livro Branco sobre a Governança Europeia estabelece algumas orientações, e de entre elas "...a necessidade de proceder a um afastamento de uma lógica de execução de políticas em grande parte sectorial e de passar a uma política mais coerente no âmbito da coesão territorial." (Agenda Territorial e da Carta de Leipzig, 2006).

Tornar um território coeso e competitivo implica definir qual o modelo que nos permite atingir tal

desiderato, sendo que um poderá ser de natureza claramente exógena e outro endógena, designados também de abordagem *top-down* e *bottom-up*, ou eventualmente fazer coexistir um misto de governança (*top-down/bottom-up*) suportada pela metodologia do planeamento estratégico aplicada ao planeamento territorial, onde a abordagem estratégica "...procura racionalizar a acção pública através da definição e implementação de um projecto comum e de objectivos de valorização, afirmação e inovação, enquadrados por uma estrutura organizativa, de participação, obtenção de consensos e constante avaliação." (Oficina de Arquitectura, 1994: 22, citado por Cabral e Marques, 1996: 107) e a cultura prospectiva ajudam a construir cenários prováveis e improváveis a longo prazo e a orientar de forma eficaz e eficiente os recursos do, e para o território, pretendendo-se assim gerar múltiplos benefícios para o espaço geográfico e para os seus utilizadores.

O desenvolvimento territorial a partir da abordagem *top-down* e *bottom-up*

A filosofia da abordagem *top-down* assenta no primado do desenvolvimento se processar de forma exógena. Os modelos centrados nesta abordagem vêem o crescimento económico como factor indutor de desenvolvimento e apresentam como um dos principais objectivos o aumento do rendimento *per capita*.

Face ao seu paradigma hierarquizado e não flexível, as políticas públicas são aplicadas partindo do cenário global e orientadas para o âmbito mais localizado como factor indutor de ajuda, em detrimento de uma orientação para a capacitação do território na geração de *inputs* e da sua articulação com a envolvente externa para escoamento dos seus *outputs*. Este contexto condiciona as zonas espaciais menos urbanizadas de gerarem processos de inovação por se considerar que estes são propensos às áreas geográficas que beneficiam de crescimento económico, sendo esta associada a grandes feitos

e a investimentos avultados, mas em boa verdade, esta pode ocorrer de forma pouco dimensionada e proporcionar grandes mudanças, possibilitando, em consequência, um efeito de causalidade cíclica de inovações e subseqüentemente um meio inovador de grande valia no contexto rural, sendo exemplo desta realidade os processos de desenvolvimento ocorridos no âmbito do Programa LEADER e da Agenda 21 Local.

A focalização no desenvolvimento endógeno faz emergir novas formas de governação - abordagem *bottom-up*, modelo que visa a construção partilhada e participada de uma nova visão para o território, reflectindo-se aqui o princípio da descentralização e o conceito de *empowerment*¹ como fórmula de se atingir o Desenvolvimento Sustentável.

A sensibilização e a auscultação substitui-se à imposição, a flexibilidade à rigidez, contempla-se o todo em detrimento da visão parcial dos processos, do território e das políticas; questiona-se e desenvolvem-se cenários a longo prazo baseados na prospectiva, a opinião do cidadão e das forças vivas do território é considerada e são considerados parte integrante dos processos de mudança.

Porém, a governação de um território pode ocorrer a partir de uma complementaridade entre as duas abordagens, não tendo por isso de ser antagónicas. Esta complementaridade pode surgir através de uma lógica relacional instituída entre as forças vivas do território desenvolvida aos vários níveis hierárquicos (local, regional, nacional e transnacional), sendo por isso uma governação que compreende uma actuação localizada como forma de capacitar o território e os agentes nele instalados tirando partido das suas características distintivas, cujas directrizes orientadoras ocorrem de forma ascendente/descendente e vice-versa.

¹ O conceito de *empowerment* é entendido como todo o acréscimo de poder, induzido ou conquistado, que permite aos indivíduos aumentarem a eficácia da sua acção social, económica política ou cultural. (Gandra).

Esta nova abordagem surge com um novo arquétipo para a concepção e implementação das políticas territoriais/sectoriais assente nos seguintes pressupostos:

- Capitalizar a vocação natural de cada território como aspecto nevrálgico do processo de desenvolvimento;
- Assumir em todos os documentos orientadores das políticas territoriais o aspecto integrado e focalizado no desenvolvimento sustentável com uma orientação ascendente/descendente e descendente/ascendente no que concerne ao retrato territorial que o estado central define e as respectivas linhas orientadoras que irão permitir que o país se afirme além fronteiras.

O papel das abordagens na sustentabilidade dos territórios

Para melhor se entender o conceito de sustentabilidade dos territórios recorre-se ao relatório Brutland "Our Common Future" (1987), que introduziu um novo paradigma para o desenvolvimento económico: "...desenvolver economicamente promovendo a preservação dos recursos e o respeito pelas comunidades, promovendo essencialmente o desenvolvimento sustentável."

Figueiredo (2005: 485) diz-nos que "...território competitivo é aquele que, mediante combinações pertinentes de recursos, incluindo o conhecimento e a organização, adquire um estatuto de inimitabilidade face a outros territórios durante um período suficiente longo para sustentar uma estratégia de desenvolvimento." Figueiredo dá enfoque à capacitação instalada no território como factor indutor de sustentar a diferenciação, que, de acordo com Alves (2007: 14) "...os planos estratégicos de 3ª geração centram-se fundamentalmente nas questões da governança e da sustentabilidade...", podendo através deste instrumento ser desenhada a estratégia que pode ajudar o território a manter uma performance competitiva.

No desiderato do alcance da sustentabilidade do território, o processo de prospectiva estratégica deve ser inter-relacionado com o processo de planeamento estratégico territorial, modelado por um carácter integrador e conduzido pela forma de governação *bottom-up/top-down* ao qual se associa o conceito de cidadania e subsidiariedade, processo relacional ascendente/descendente e processo organizacional e funcional vertical e horizontal de acordo com as situações em curso, sendo por isso um modelo concertado ao nível interno mas não enclausurado no seu seio.

Este modelo de governação confere a capacidade de todos se envolverem na construção de um território coeso e sustentável. Não exclui o estado das suas responsabilidades, mas acima de tudo deixa de ser ao nível central a concertação de estratégias para o âmbito localizado. "...um indivíduo desencadeia um estímulo em outros que, por sua vez, geram novos estímulos, e assim sucessivamente, originando mapas colectivos." (Moura, 2002; Moura e Garcia Pereira, 2003, citado por Queirós, 2007); estratégias estas que requerem contínuos processos de inovação e de dinâmicas capazes de garantir elevados níveis de coesão e direitos sistematicamente assegurados, com vista à concretização dos objectivos que permitam obter um desenvolvimento sustentável e a competitividade territorial, que, conforme nos dizem Silva e Perna (2005: 488) "...depende assim da própria qualidade da governância territorial e dos níveis de capital e de confiança existentes numa dada região ou território."

2. As áreas rurais de baixa densidade

De acordo com o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, (2008), territórios de Baixa Densidade "...são territórios cujas economias, tradicionalmente, assentavam na agricultura e, nalguns casos pontuais, na exploração de recursos minerais ou, mais recentemente, em

pequenos enclaves industriais intensivos em mão-de-obra, não sendo por isso taxativo que apenas no Interior se registem espaços de baixa densidade, ou que todo o interior o seja igualmente."

Considera ainda, o já referido departamento, "...que os territórios afectados pela baixa densidade são, em regra, negativamente afectados pelas dinâmicas espontâneas dos mercados, que tendem a direccionar pessoas e recursos para as zonas que beneficiam de economias de aglomeração", ou seja, justamente aquelas onde já existe densidade de recursos humanos, empresas, infra-estruturas do conhecimento e outras, susceptíveis de gerar competitividade e processos sustentados de crescimento, contribuindo esta tendência normal dos mercados para agravar as fragilidades dos territórios, que começaram num dado momento do seu ciclo de vida a perder atractividade e vitalidade.

Os factores que provocam baixa densidade num território estão interligados entre si; existe uma relação causa e efeito que promove um movimento cíclico denominado causalidade circular negativa. Estes acontecimentos sucessivos e contínuos geram baixa atractividade no território, e como consequência, o desinvestimento e o seu empobrecimento.

Hoje assiste-se a um reinventar do espaço rural na tentativa de se contrariar a tendência do proteccionismo como medida capaz de resolver os problemas da agricultura e do mundo rural. Neste contexto, a criação do FEADER² veio enraizar a expressão desenvolvimento rural e possibilitar, em articulação com o QREN³ 2007-2013 e PO⁴, o desenvolvimento de operações correspondentes ao novo quadro multifuncional das zonas rurais, na expectativa de as valorizar e de diversificar a sua economia.

² Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

³ Quadro Estratégico Referência Nacional.

⁴ Programas Operacionais.

Modelo territorialista nos territórios de baixa densidade

O modelo territorialista centra-se no desenvolvimento endógeno e coloca a tónica nos recursos instalados no território; Polèse (1998, citado por Ribeiro e Vareiro) diz-nos que a endogeneização do desenvolvimento pode ser "...baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no "saber-fazer") dos habitantes e das empresas da região."

Este processo é desencadeado a partir da concepção de uma visão global do território e partilhada pelos *stakeholders*, sendo um exemplo desta filosofia de desenvolvimento a iniciativa LEADER, caracterizada pelos seguintes aspectos:

- Territorialidade;
- Planeamento ascendente (*bottom-up*);
- Parceria;
- Versatilidade/Adaptabilidade;
- Inovação.

A gestão eficiente da endogeneidade pode gerar *inputs* inimitáveis e de reconhecido valor no âmbito exógeno, permitindo elevar a auto-estima da comunidade produtora, gerar renda e aumentar a afirmação do território fora da sua fronteira.

Os territórios de baixa densidade, especialmente os localizados nas zonas rurais, podem, contudo, desenvolver um conjunto de dinâmicas a partir de uma leitura integral do território e das novas tendências societárias que conferem ao mundo rural "...valor específico hedónico, social e económico." (OCDE, 1999, citado por Ruivo, 2007), tendo como mais valia as novas formas de abordagem ao território, nomeadamente o programa LEADER, em associação ao reconhecimento da necessidade da existência de uma Política de Desenvolvimento Rural financiada pelo FEADER que permite dar respostas às pequenas e remotas comunidades rurais que apresentam capacidade para se refuncionalizar e incrementar valor nas fileiras que já demonstram possuir *know-how*.

⁵ Plano Desenvolvimento Rural.

⁶ Plano Estratégico Nacional de Turismo.

O papel do turismo e do comércio nos territórios de baixa densidade nas áreas rurais

O reconhecimento da importância da actividade turística nas áreas rurais de baixa densidade tem sido unânime no seio da classe política e académica, fruto dos recursos existentes e do decréscimo da importância da actividade primária no mundo rural. Todavia, orientar o território apenas para o turismo pode ser contraproducente, uma vez que este sector é fortemente influenciado pelas dinâmicas de mercado. Porém, através do planeamento estratégico territorial inspirado na abordagem LEADER em articulação com a PDR⁵ e o PENT⁶, é possível avaliar se o território em questão apresenta vocação turística relevante que se configure em actividade dominante, de modo a delinear-se orientações estratégicas que permitam capitalizar a vocação natural do território, evitando-se assim enfatizar o turismo em áreas rurais cuja apetência pode recair noutro sector.

A consicencialização da existência de pluralidade e diversidade no espaço rural como forma de diversificar a sua economia, dotando-o com outras funcionalidades, fez identificar no turismo, fruto do seu carácter transversal, um sector estruturante para as áreas rurais "...o turismo surge como um importante instrumento de desenvolvimento das economias das referidas regiões." (Ribeiro e Mergulhão, 2000; Ribeiro e Marques, 2002; Cristóvão, 2002; Ribeiro e Vareiro, 2007, citado por Jesus, Kastenholz e Figueiredo, 2008), podendo servir de meio para a internacionalização da economia rural e de alavancagem para sectores em regressão como o comércio tradicional e a agricultura, desenvolvendo-se processos de inovação nos produtos de base local como resposta a uma procura exigente, activando-se relações simbióticas entre o factor tradição/inovação.

O comércio tradicional pode, de igual modo, beneficiar com a actividade turística em regime de complementaridade. O estudo "Comércio

Retalhista em Contexto Rural” (2000), coordenado por Carminda Cavaco e Carlos Medeiros, de entre inúmeras medidas menciona, a necessidade de se “...agregar ao comércio local a função de multi-serviços.” A esta multifuncionalidade pode estar agregada a comercialização dos produtos locais como forma de apoiar as famílias que necessitem de um complemento de rendimento e em simultâneo promover uma gama de produtos diferenciados que podem funcionar como catalisador de fluxos para as lojas e aumentar o seu desempenho negocial.

Neste contexto e orientado para os objectivos do desenvolvimento sustentável, o compósito turístico nas áreas rurais onde a abordagem territorial ganha expressão, deve primar pela integração, elemento *core* para garantir uma actuação pluridimensional e multifuncional do planeamento, cuja governança deve-se inspirar no modelo *bottom-up* como forma de possibilitar a existência do princípio da cidadania, e no modelo *top-down* como um meio para se garantir a concertação e a articulação entre as estratégias definidas nos diferentes níveis espaciais.

Na óptica de Cardoso (2002), “...esta actividade é susceptível de fazer convergir políticas sectoriais que podem transformar o turismo num campo de acção privilegiado.”

3. Caso de estudo – o impacto do programa URBCOM em Moimenta da Beira

Caracterização do território

Moimenta da Beira localizada no distrito de Viseu, sub-região do Douro apresenta um retrato territorial diversificado com características identitárias das zonas de montanha, por onde, aliás, se desenvolve a maior área territorial do concelho. É um território considerado de baixa densidade, apresentando fragilidades no domínio económico e social, tendo-lhe sido conferida vocação turística aquando da constituição do Pólo Turístico Douro.

Ainda assim, e apesar desta realidade, considera-se que Moimenta da Beira pode-se constituir como um Pólo Rural Âncora na área riba Douro, fruto da sua localização estratégica nesta área geográfica e dos serviços básicos instalados.

O caso de estudo que a seguir se apresenta – Programa URBCOM, pretende avaliar o impacto de uma medida sectorial implementada de forma pontual em territórios rurais de baixa densidade.

O programa URBCOM

De acordo com o Gabinete da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, “O URBCOM tem como objectivo apoiar projectos de urbanismo comercial que visem a modernização das unidades empresariais⁷ integradas em áreas urbanas delimitadas associada à revitalização do espaço público envolvente, e a acções de promoção e animação comercial, compreendendo, ainda, acções de formação profissional.”. Os beneficiários deste programa foram empresários (requalificação dos estabelecimentos comerciais), autarquias (requalificação urbana) e associações (acções de animação e formação).

A visão do URBCOM – o que era pretendido

“...tornar o centro da vila atractivo ao peão, reinventar a área central da vila como espaço de lazer e cultura, promover a requalificação da oferta comercial e perspectivá-la como uma alternativa importante a um leque de potenciais consumidores que terão origem não só nos residentes do Concelho como nos Concelhos adjacentes.”. (<http://www.portugal.gov.pt>).

⁷ Sectores do comércio, turismo e serviços (CAE 50, 51, 52, 5530, 5540, 9301 e 9302).

Os resultados alcançados

Após análise documental foi possível verificar o percurso evolutivo do Programa URBCOM na vila de Moimenta da Beira e efectuar a equiparação dos valores processados nas várias etapas do processo, desde a previsão do estudo prévio até à fase da realização do investimento, cujo resultado figura no quadro 1.

Análise do impacto URBCOM

No seguimento da análise e após a verificação dos dados no terreno, ficou perceptível que na fase conceptiva do programa não houve articulação com o âmbito geográfico local, fruto, talvez "...de uma quota muito significativa de investimento público ser prisioneira de lógicas de afectação e distribuição territorial não subordinadas a qualquer preocupação de integração regional (...) qualquer alteração de planos de investimento tornada necessária por novas visões territoriais do País corre o risco de ser bloqueada pela inércia da programação sectorial. A rigidez resulta sobretudo da incipiente lógica de territorialização das políticas públicas." (Figueiredo, 2005: 490)

Neste contexto vamos enumerar os aspectos que se considera terem sido indutores para o incumprimento dos objectivos:

- Ausência do procedimento de consulta da administração central para a local para opinar sobre o Programa; Ausência da participação de organismos ligados ao desenvolvimento rural; Sobreposição de medidas de financiamento; Ausência da participação dos comerciantes e

residentes na construção do estudo prévio e global; Processo administrativo da formalização e aprovação da candidatura demasiado burocrático e moroso; Rigidez e inflexibilidade do Programa URBCOM; Ausência da territorialização; Ausência de uma abordagem integrada das políticas territoriais e sectoriais como forma de tirar partido das sinergias da complementaridade da pluridimensão e multissetorialidade das áreas rurais.

É neste contexto e à semelhança de Figueiredo (2005) que se corrobora a incipiente lógica de territorialização do Programa URBCOM tendo em conta que todos os centros urbanos do país que apresentaram candidatura foram colocados ao mesmo nível de similitude.

Considera-se assim que o URBCOM poderia ter obtido outro desempenho com base nos seguintes pressupostos:

- Concertação de uma macroestratégia de enquadramento dos vários instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal, supra-municipal, regional e nacional, com vista a uma maior coerência no domínio das políticas públicas a partir de uma gestão integrada e colaborativa; Obtenção de características suficientemente flexíveis, integradas e processuais; Focalização no território de acolhimento do sistema de incentivo em detrimento de uma abordagem homogénea que parte do pressuposto que todos têm os mesmos factores críticos de sucesso; Potenciação dos recursos endógenos que possuam características distintivas nos territórios de baixa densidade; Minoração

Quadro 1 | Valores Processados nas Várias Etapas do Processo URBCOM

Tipo de investimento	Total (€) (Estudo prévio)*	Incentivos aprovados (€) (Despesa pública)	Investimento realizado (€)
Medidas Urbanísticas	1.741.747,00	624.793,39	0,00
Medidas Colectivas	298.750,00	175.723,14	0,00
Investimentos dos Comerciantes	5.903.273,00	1.124.628,10	402.199,34
Estudo Global	50.000,00	22.500,00	18.700,00
Total (€)	7.993.770,00	1.947.644,63	420.899,34

Fonte: Adaptado do Relatório Preliminar, Estudo Global – URBCOM Moimenta da Beira, n.º 0.

das intervenções casuísticas desprovidas de uma prospectiva e integração com outras políticas sectoriais/territoriais primando-se pela complementaridade.

A apresentação destes pressupostos não pretendem sugerir a descontinuidade da política sectorial, considera-se apenas que uma orientação assente numa abordagem prospectiva, integrada e focalizada no território, possibilita melhorar o seu desempenho.

A comparabilidade do impacto gerado no desenvolvimento territorial a partir de abordagens distintas

Para uma percepção mais clarividente do impacto do Programa URBCOM, estabeleceu-se uma análise comparativa de dois Programas com abordagens distintas aplicados no âmbito rural, afim de se analisar quais os contributos gerados ao nível do desenvolvimento sócio-económico.

Para a elaboração da análise desenvolveu-se o Modelo de Avaliação Comparativa da Intensidade da Integração; integra um conjunto de critérios que se

considerou importantes serem tratados ao nível local como garante de um desenvolvimento sustentável no meio rural, definidos com base no modelo territorialista/desenvolvimento endógeno, na abordagem *bottom-up/top-down* e no planeamento estratégico territorial.

Apenas para observação imediata da intensidade da integração⁸, quantificou-se os critérios definidos no Modelo, atribuindo-se uma ponderação igualitária assente na escala binária.

II = 0 Baixa Intensidade;

II = 4 Média Intensidade;

II = 8 Alta Intensidade

Programa URBCOM

II = A+B+C+D+E+F+G+H «=» II = 0+0+0,125+0+0+0,0833+0+0,4 «=» II = 1,355;

II = Baixa Intensidade de Integração

Programa LEADER

II = A+B+C+D+E+F+G+H «=» II = 1+0,808+1+1+1+1+1+0,925 «=» II = 7,733;

II = Alta Intensidade de Integração

⁸ A atribuição dos valores constantes na fórmula advém da parametrização atribuída aos critérios de avaliação conforme o anexo 1.

Quadro 2 | Modelo de avaliação comparativo da intensidade da integração

Contributos Específicos dos Programas ao Nível do Desenvolvimento Territorial na Perspectiva da Abordagem Integrada	
Programa em Análise: URBCOM – Moimenta da Beira	Programa em Análise: LEADER - OBERSCHWABEN (Bade-Vurtemberg, Alemanha)
Domínios Abrangidos: Urbanismo, Comércio, Acções Colectivas (Animação)	Domínios Abrangidos: Turismo, cultura e formação no meio rural
Área Geográfica Intervencionada: 5 artérias da Vila de Moimenta da Beira	Área Geográfica Intervencionada:
Modelo de Gestão da Intervenção: A) Governação A.1) <i>Integração Horizontal das Redes Locais e Supra-municipais:</i> Inexistente A.2) <i>Estrutura de Gestão Local, Regional e Nacional:</i> Estrutura de Gestão nacional A.3) <i>Governação Ascendente ou Descendente ou Mista:</i> Descendente A.4) <i>Flexibilização do Modelo e dos Conteúdos Processuais:</i> Não se verificou	Modelo de Gestão da Intervenção: A) Governação A.1) <i>Integração Horizontal das Redes Locais e Supra-municipais:</i> Sim A.2) <i>Estrutura de Gestão Local, Regional e Nacional:</i> Estrutura de Gestão Local A.3) <i>Governação Ascendente ou Descendente ou Mista:</i> Mista, tendo em conta que existem boas relações com as autoridades. A administração conhece bem os projectos antecipadamente, assegurando uma execução rápida dos mesmos. A.4) <i>Flexibilização do Modelo e dos Conteúdos Processuais:</i> Sim

Quadro 2 | Modelo de avaliação comparativo da intensidade da integração (cont.)

<p>B) Participação</p> <p>B.1) <i>Inclusão social</i>: Inexistente</p> <p>B.1.1) Imigrantes e minorias étnicas: Não</p> <p>B.1.2) Jovens: Não</p> <p>B.1.3) Mulheres: Não</p> <p>B.1.4) Cidadãos portadores de debilidades físicas e mentais: Não</p> <p>B.1.5) Idosos: Não</p> <p>B.2) <i>Criação de Capital Social</i></p> <p>B.2.1) Valorização do saber fazer na transformação dos recursos endógenos: Não</p> <p>B.2.2) Valorização da auto-estima e sentimento de pertença ao território: Apesar da função urbana em articulação com a função animação previrem acções de sensibilização e de preservação do edificado e dos valores identitários do centro urbano, este parâmetro não foi conseguido aduzindo-se a ausência de um plano de comunicação que tratasse de forma contínua esta matéria.</p> <p>B.2.3) Aumento da qualificação/formação: Apesar do Programa URBCOM integrar acções colectivas de carácter formativo sob a responsabilidade da associação, esta acção não foi desenvolvida.</p> <p>B.3) <i>Densidade relacional</i></p> <p>B.3.1) N.º parcerias criadas (público/privadas): Inexistente</p> <p>B.3.2) Dimensão da comunidade voluntária participativa: Inexistente</p> <p>B.3.3) Ciclo de Vida das Relações criadas: Inexistente</p> <p>B.4) <i>Experiência participativa</i>: Inexistente</p> <p>C) Articulação</p> <p>C.1) <i>Projectos/Acções/Políticas</i></p> <p>C.1.1) Outras Fontes de Financiamento: Apesar de referenciadas no estudo global, não foram tidas em conta pela autarquia aquando da implementação.</p> <p>C.1.2) Outras Políticas Territoriais: Não se verificou</p> <p>C.1.3) Outras Políticas Sectoriais: Não se verificou</p> <p>C.2) <i>Indivíduos e Agentes de natureza pública e privada</i></p> <p>C.2) <i>Territórios e Recursos</i></p> <p>C.3.1) Outros territórios intra e extra concelho: Não se verificou</p> <p>C.3.2) Recursos culturais, patrimoniais e naturais: Não se verificou</p> <p>C.4) <i>Transversal</i></p> <p>C.4.1) Multisectorial (agricultura, artesanato, indústria, comércio, turismo, serviços, etc.): Só se verificou uma actuação ao nível do comércio.</p> <p>C.4.2) Pluridimensional (cultura, ambiente, social, económico, etc.): Cultura e urbanismo.</p> <p>D) Convergência para a Abordagem Territorial (atributos físicos, culturais, económicos e sociais)</p> <p>Não se verificou</p> <p>E) Nível de Cooperação (regional, nacional, transnacional)</p> <p>Não se verificou</p> <p>F) Contributo para o desenvolvimento económico</p> <p>F.1) <i>Melhoria da Competitividade</i></p> <p>F.1.1) Produção de bens e serviços não deslocalizáveis e a reterem o máximo de valor acrescentado no território: Não</p> <p>F.1.2) Criação de novas procuras: Não</p> <p>F.1.3) Possibilitou a criação de vantagens comparativas a partir da atribuição de valor acrescentado aos recursos locais, valorizando as suas características específicas: Não</p> <p>F.1.4) Integração Vertical: relação produtor consumidor: Não</p> <p>F.1.5) Integração Horizontal: explorou ao máximo as sinergias existentes ou que possam vir a existir entre as diferentes actividades locais: Não</p> <p>F.1.6) Estímulo ao Empreendedorismo: Não</p> <p>F.2) <i>Melhoria da sustentabilidade da área de intervenção</i></p> <p>F.2.1) Ambiente: inalterado</p> <p>F.2.2) Economia: inalterado</p>	<p>B) Participação</p> <p>B.1) <i>Inclusão social</i>:</p> <p>B.1.1) Imigrantes e minorias étnicas: S/Referência</p> <p>B.1.2) Jovens: Sim</p> <p>B.1.3) Mulheres: Sim</p> <p>B.1.4) Cidadãos portadores de debilidades físicas e mentais: S/Referência</p> <p>B.1.5) Idosos: S/Referência</p> <p>B.2) <i>Criação de Capital Social</i></p> <p>B.2.1) Valorização do saber fazer na transformação dos recursos endógenos: Sim</p> <p>B.2.2) Valorização da auto-estima e sentimento de pertença ao território: Sim</p> <p>B.2.3) Aumento da qualificação/formação: Sim</p> <p>B.3) <i>Densidade relacional</i></p> <p>B.3.1) N.º parcerias criadas (público/privadas): Verificou-se ao nível da relação produtor/comércio, GAL e Associações de Turismo para a comercialização do produto turístico, etc.</p> <p>B.3.2) Dimensão da comunidade voluntária participativa: Sim</p> <p>B.3.3) Ciclo de Vida das Relações criadas: Face à dimensão da área de abrangência do projecto, verificam-se relações mais consolidadas, outras ainda numa fase de crescimento fruto da existência de uma cultura cooperativa pouco vinculada</p> <p>B.4) <i>Experiência participativa</i>: Sim</p> <p>C) Articulação</p> <p>C.1) <i>Projectos/Acções/Políticas</i></p> <p>C.1.1) Outras Fontes de Financiamento: Sim</p> <p>C.1.2) Outras Políticas Territoriais: Sim</p> <p>C.1.3) Outras Políticas Sectoriais: Sim</p> <p>C.2) <i>Indivíduos e Agentes de natureza pública e privada</i></p> <p>C.2) <i>Territórios e Recursos</i></p> <p>C.3.1) Outros territórios intra e extra concelho: Sim</p> <p>C.3.2) Recursos culturais, patrimoniais e naturais: Sim</p> <p>C.4) <i>Transversal</i> (Verificou-se o cumprimento dos sub-critérios)</p> <p>C.4.1) Multisectorial (agricultura, artesanato, indústria, comércio, turismo, serviços, etc.):</p> <p>C.4.2) Pluridimensional (cultura, ambiente, social, económico, etc.):</p> <p>D) Convergência para a Abordagem Territorial (atributos físicos, culturais, económicos e sociais)</p> <p>Sim</p> <p>E) Nível de Cooperação (regional, nacional, transnacional)</p> <p>Sim</p> <p>F) Contributo para o desenvolvimento económico</p> <p>F.1) <i>Melhoria da Competitividade</i></p> <p>F.1.1) Produção de bens e serviços não deslocalizáveis e a reterem o máximo de valor acrescentado no território: Sim</p> <p>F.1.2) Criação de novas procuras: Sim</p> <p>F.1.3) Possibilitou a criação de vantagens comparativas a partir da atribuição de valor acrescentado aos recursos locais, valorizando as suas características específicas: Sim</p> <p>F.1.4) Integração Vertical: relação produtor consumidor: Sim</p> <p>F.1.5) Integração Horizontal: explorou ao máximo as sinergias existentes ou que possam vir a existir entre as diferentes actividades locais: Sim</p> <p>F.1.6) Estímulo ao Empreendedorismo: Sim</p> <p>F.2) <i>Melhoria da sustentabilidade da área de intervenção</i></p> <p>F.2.1) Ambiente: Sim</p> <p>F.2.2) Economia: Sim</p>
--	--

Quadro 2 | Modelo de avaliação comparativo da intensidade da integração (cont.)

F.2.2) Economia: inalterado F.2.3) Social: inalterado F.2.4) Cultura: acções de animação no centro histórico de Moimenta da Beira ocorridas de forma casuística F.3) <i>Criação de externalidades positivas na sua envolvente:</i> Não se verificou G) Criação de Processos de Inovação G.1) <i>Valorização dos Recursos Endógenos:</i> Não se verificou G.2) <i>Presença do Conhecimento Científico:</i> Não se verificou G.3) <i>Presença da Tecnologia:</i> Não se verificou H) Tipo de Avaliação de Projecto H.1) <i>Ex-ante:</i> Sim H.2) <i>Intercalar:</i> Não H.3) <i>Ex-post:</i> Sim H.4) <i>Continua:</i> Não H.5) <i>Outros Estudos de Avaliação</i> H.5.1) Estudos de Avaliação: Não H.5.2) Auto Avaliação do Programa pela Entidade de Acolhimento: Não	F.2.2) Economia: Sim F.2.3) Social: Sim F.2.4) Cultura: Sim F.3) <i>Criação de externalidades positivas na sua envolvente:</i> Sim G) Criação de Processos de Inovação G.1) <i>Valorização dos Recursos Endógenos:</i> Sim G.2) <i>Presença do Conhecimento Científico:</i> Sim G.3) <i>Presença da Tecnologia:</i> Sim H) Tipo de Avaliação de Projecto H.1) <i>Ex-ante:</i> Sim H.2) <i>Intercalar:</i> Sim H.3) <i>Ex-post:</i> Sim H.4) <i>Continua:</i> Não H.5) <i>Outros Estudos de Avaliação</i> H.5.1) Estudos de Avaliação: Sim H.5.2) Auto Avaliação do Programa pela Entidade de Acolhimento: S/Referência
--	---

Fonte: Elaboração própria

Os valores apurados resultam do cálculo dos autores, a partir dos quais podemos concluir, que o paradigma do Programa LEADER consegue obter melhores desempenhos nos critérios em análise relativamente ao Programa URBCOM.

Esta comparabilidade das formas de intervenção em territórios rurais assente na análise de dois programas com abordagens distintas possibilita, a partir do impacto e resultado de ambos, construir a título sugestivo, um modelo que preveja a integração dos critérios utilizados no modelo de avaliação comparativa da intensidade da integração direccionado para o Município de Moimenta da Beira, do qual faz parte o Programa URBCOM.

Abordagem território-projecto centrada no Município de Moimenta da Beira

O Projecto

Âmbito de Intervenção Territorial: Fase inicial – Município de Moimenta da Beira a ser estendido ao território Riba Douro da NUT III Douro;

Orientação da Acção no Território: Valorização dos Recursos Endógenos a partir da noção Território-Projecto (Acção territorializante);

Projecto Âncora: Criação de um Cabaz diversificado de produtos tradicionais alimentares e não alimentares da zona de montanha;

Objectivo: Tornar o Município de Moimenta da Beira um Pólo Rural Âncora na área geográfica Riba Douro da sub-região Douro;

Orientação de Mercado: Consumo Turístico e Urbano: Ao nível da gestão estratégica a orientação é actuar em dois mercados sendo o consumo turístico prioritário;

Estratégia Territorial: Noção Território-Projecto assente na abordagem integrada, pluridimensional e multisectorial;

Articulação com os Documentos Estratégicos da Plataforma nacional, regional e sub-regional: Plano Estratégico Nacional de Turismo, Agenda Regional de Turismo do Norte de Portugal e Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro; Programa Regional Operacional do Norte 2007-2013; Norte 2015: Competitividade e Desenvolvimento – Uma visão Estratégica; Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, Plano de Desenvolvimento Local (oriundo do Gabinete de Acção Local – Abordagem LEADER) e Programa Operacional Potencial Humano – POPH. Ao nível das fontes de financiamento; *Articulação entre fontes de financiamento, políticas territoriais, políticas sectoriais:* Regeneração urbana,

Eixo III PRODER, POPH; políticas territoriais: urbanismo, cultura, social, económico, ambiental; políticas sectoriais: turismo, comércio tradicional, agricultura; formação; tecnologia&investigação, moda&design. Esta articulação advém da complementaridade existente entre os sectores tratados, sendo por isso uma articulação transversal que dá ênfase à pluridimensão e multisectorialidade.

É no plano da integração das políticas sectoriais no processo de desenvolvimento local em áreas rurais que o Programa URBCOM tem enquadramento a partir da implementação de redes colaborativas entre produtor/comerciante; o estabelecimento comercial pode servir como ponto de venda dos produtos locais, instigando a produção de bens e serviços não deslocalizáveis, logo, contribui para reter o máximo de valor acrescentado no território; confere maior atractividade à oferta comercial através da venda de produtos de qualidade certificada, promovendo a criação de novas procuras para o centro urbano de Moimenta da Beira, logo, mais fluxos; estimula o empreendedorismo a partir do momento em que a procura aumenta e se interessa pela oferta disponível na área comercial. Esta dinâmica gera também efeitos positivos ao nível social, pois o facto do sector comercial aceitar comercializar o produto local contribui activamente para o processo de inclusão social, reconhecimento do capital social existente e para o aumento da densidade relacional. A requalificação da área comercial (espaço físico) acabaria por ser uma necessidade a emergir naturalmente.

Governança: Mista (parcerias ao nível horizontal e vertical a uma escala local e supra-municipal; estrutura de gestão local; adopção das estratégias de negociação junto da administração regional como elo de ligação à plataforma nacional, permitindo desta forma a existência de uma governança mista mas com maior incidência na abordagem *bottom-up*);

Participação: Inclusão social (minorias étnicas, Jovens, Mulheres, Idosos); Criação de Capital Social; Densidade relacional e Experiência participativa: A este nível considerou-se todos os sub-critérios,

tendo em conta que a selecção do projecto âncora assenta na valorização dos recursos endógenos a partir da criação de um cabaz diversificado de produtos tradicionais alimentares e não alimentares, que se encontra intimamente consubstanciado com o saber-fazer local, com as pessoas do território, que neste projecto irão valorizar, mas também ser valorizadas.

Conclusões

Os territórios rurais de baixa densidade são muitas vezes considerados os repositórios dos efeitos negativos oriundos da liberdade de acção dos mercados, em que se verifica, tendencialmente, que as políticas públicas adoptadas conduzem, em regra geral, à distribuição de subsídios como forma de contrariar as assimetrias em detrimento da criação de ambientes favoráveis à capacitação e “emancipação” do território relativamente à construção de modelos endógenos capazes de gerar desenvolvimento.

São inúmeros os autores que identificam no espaço rural um conjunto de oportunidades propícias à geração de empreendedorismo, fruto, em boa verdade, de um novo quadro societário que apela a ligação às origens, ao usufruto do meio natura e ao estado de equilíbrio que o ser humano deve obter no seu dia-a-dia, sendo o turismo neste contexto indicado como sendo a actividade capaz de estimular a economia do mundo rural.

Defende-se a adopção do modelo territorialista para projectos de base turística nas áreas rurais, cujo compósito turístico deve focalizar-se no modelo de governança *bottom-up* para garantir a existência do princípio da cidadania e da descentralização no planeamento por um lado, e por outro, no modelo *top-down*, visando a coerência, integração e complementaridade temática, temporal e espacial entre os diversos níveis geográficos, podendo assim os processos ao nível local beneficiar com

esta interacção. Este retrato poderá contribuir para salvaguardar a existência de uma forte coesão interna, de modo a evitar pressões externas que possam prejudicar as linhas orientadoras de base territorializante. Assim, sugere-se que a actividade turística nas áreas rurais de baixa densidade seja estruturada com base num planeamento integrado (garantindo-se uma actuação ao nível pluridimensional e multifuncional) tendo presente uma governabilidade modelada pela abordagem *bottom-up/top-down*.

A ausência de uma visão integradora e de uma abordagem territorializante participada na fase conceptual e implementativa do Programa URBCOM tornou-o inexpressivo na vila de Moimenta da Beira, podendo ter-se constituído, apesar de ser uma medida de programação sectorial, como uma mais valia para a valorização do compósito turístico do Município, da área geográfica Riba Douro e do Douro, de acordo com o projecto anteriormente apresentado, cujo paradigma não coloca importância primária na requalificação do espaço físico (estabelecimento) e do espaço urbano como factor indutor da criação de dinâmicas que permitam um aumento do fluxo e fixação dos *stakeholders* na área de intervenção, pelo que se conclui que a requalificação da área comercial (espaço físico) e do espaço urbano seriam uma necessidade a emergir naturalmente, considerando assim que os territórios rurais de baixa densidade com vocação turística devem integrar a programação sectorial como um meio facilitador para a estruturação de uma oferta turística de excelência.

Referências bibliográficas

- Alves, P., 2007, *Planeamento Estratégico e Marketing de Cidades*.
 Cavaco, C., 1999, *Comércio Retalhista em Espaço Rural: Principais Tendências*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Estrutura de Missão do Douro, 2008, *Plano Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro – 2007-2013*.
 Comissão Europeia, 2005, LEADER+ Magazine, Versão Electrónica.
 Comissão Europeia, 2008, LEADER+ Magazine, Versão Electrónica.
 DPP, 2008, *PROVERE. Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Das Ideias à Acção: Visão e Parcerias*, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa.
 Figueiredo, A., 2005, *Compêndio de Economia Regional*, 2.ª Edição, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
 GAL-ELOZ, *Estratégia de Desenvolvimento Local - Entre a Serra da Lousã e o Zêzere*. ÖIR – Managementdienste GmbH., 2004, *Métodos e Resultados da Integração das Inovações e Abordagem LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural - Relatório Final: Resumo da Execução*. DG «Agricultura», Unidade G4, Comissão Europeia.
 Geralamo, M., Carpinetti, L., Fleschutz, T., Seliger, G., 2008, *Clusters e Redes de Cooperação de Pequenas e Médias Empresas: Observatório Europeu, caso alemão e contribuições ao caso brasileiro*, pp. 351-356.
 Info LEADER, 2001, *O LEADER Desperta um Interesse Mundial*.
 Jesus, L., Kastenholz, E., Figueiredo, E., 2008, *A Oferta do Turismo no Espaço Rural – Estudo de Caso da Região Dão-Lafões, Colóquio Ibérico de Estudos Rurais - Cultura, Inovação e Território*.
 Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2007, *Plano Estratégico Nacional - Desenvolvimento Rural - 2007-2013*.
 Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, 2006, *NORTE 2015 Competitividade e Desenvolvimento - Uma Visão Estratégica*.
 Neto, P., Natário, M., 2009, *O Novo Paradigma de Desenvolvimento Rural: Os Pólos de Excelência Rural*, Universidade de Évora, CEFAGE-EU, Évora.
 Observatório do Comércio, 2000, *Comércio Retalhista em Contexto Rural*.
 Observatório do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, 2008, *Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013*.
 Programa LEADER, *A abordagem integrada e multisectorial*.
 Reis, J., *Observar a Mudança: o papel dos Estudos Rurais*. 1.º Congresso de Estudos Rurais - Território, Sociedade e Política: Continuidades e Rupturas, da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Faculdade Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
 Relatório Final das Políticas Públicas de Revitalização Urbana, 2005.
 Ribeiro e Vareiro, *Turismo e Desenvolvimento Regional: O Espaço Rural como Destino Turístico*.
 Ruivo, P., 2007, *Amenidades Rurais – Que Contributo? Estudo de Caso em Territórios Rurais*, *Actas do III Congresso de Estudos Rurais* (III CER), Faro, Universidade do Algarve.
 Sousa, V., 2008, *A Necessidade de Reinvenção do Paradigma de Desenvolvimento Rural - Uma Reflexão a Partir do Caso Algarvio*, *VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
 Turismo de Portugal, Ministério da Economia e Inovação, 2007, *Plano Estratégico Nacional do Turismo - Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*.
Turismo, Cultura e Formação no Meio Rural, 1999, OBERSCHWABEN: Bade-Vurtemberg, Alemanha.

Anexo 1

GRELHA DE PONDERAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO COMPARATIVA DA INTENSIDADE DA INTEGRAÇÃO													
Critério A (SP: 1)	Critério B (SP: 1)				Critério C (SP: 1)			Critério D/Critério E (SP: 1)	Critério F (SP: 1)			Critério G (SP: 1)	Critério H (SP: 1)
	B1	B2	B3	C1	C3	C4	F1		F2		H5		
A2 A3 A4	1.1 1.2 1.3 1.4	1.5 2.1 2.2 2.3 3.1	3.2 3.3 B4	1.1 1.2 1.3 C2	3.1 3.2 4.1 4.2			1.1 1.2 1.3 1.4 1.5 1.6 2.1 2.2 2.3 2.4	F3	G1 G2 G3	H1 H2 H3 H4	5.1 5.2	
1	1				1	1	1	1	1		1	1	
8													

Legenda:
SP: Score Ponderado

Parametrização:

Critério A: Divide-se em 4 sub-critérios sendo atribuído 0,25 do de um a cada sub-critério:

- Sub-Critério A.1: 0,25 existência das duas tipologias de rede, 50% cumprimento de uma tipologia e 0 se não se verificar nenhuma das duas;
- Sub-Critério A.2: 0,25 estrutura de gestão ao nível local, 50% regional e 0 nacional;
- Sub-Critério A.3: 0,25 governação mista mas com poder de decisão ao nível local; 50% ascendente; 0 descendente;
- Sub-Critério A.4: 0,25 existência de flexibilização; 0 inexistência.

Critério B:

Divide-se em 4 sub-critérios sendo atribuído 0,25 do de um a cada sub-critério, sendo que cada sub-critério tem outras sub-divisões, que serão de igual modo ponderadas equitativamente:

- Sub-Critério B.1: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,0416, a verificação do cumprimento de todas atribui 0,25 ao sub-critério;
- Sub-Critério B.2: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,0833, a verificação do cumprimento de todas atribui 0,25 ao sub-critério;
- Sub-Critério B.3: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,0833, a verificação do cumprimento de todas atribui 0,25 ao sub-critério. A sub-divisão B.3.2 é calculada em função do n.º de voluntários existentes face à população residente no território;
- Sub-Critério B.4: 0,25 se se comprovar na avaliação continua a existência de uma aprendizagem colectiva.

Critério C:

Divide-se em 4 sub-critérios sendo atribuído 0,25 do de um a cada sub-critério, sendo que cada sub-critério tem outras sub-divisões, que serão de igual modo ponderadas equitativamente:

- Sub-Critério C.1: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,0833, a verificação do cumprimento de todas atribui 0,25 ao sub-critério. As sub-divisões correspondem à verificação da existência de um carácter integrador no mesmo projecto;
- Sub-Critério C.2: 0,25 se se comprovar na avaliação continua a existência de uma relação simbiótica entre actores privados e públicos;
- Sub-Critério C.3: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,125 de 0,25;
- Sub-Critério C.4: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,125 de 0,25, sendo que, e para que lhe seja atribuído o respectivo valor terá de verificar a existência no mínimo de 3 dimensões e de 3 sectores; ao n.º de 2 atribui-se, metade de 0,125; a verificação do n.º de 1 atribui-se 0.

Critério D:

Valor 1 se se verificar a convergência para a utilização dos recursos do território no centro do projecto.

Critério E:

Cada nível de cooperação foi ponderada em 0,333; a verificação dos três níveis atribui a este critério o valor 1.

Critério F:

Cada sub-critério foi ponderada em 0,333:

- Sub-Critério F.1: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,0555;
- Sub-Critério F.2: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,0832;
- Sub-Critério F.3: 0,333 de ponderação.

Critério G:

Cada sub-critério foi ponderada em 0,333, cujo valor será considerado se corresponder sim.

Critério H:

A ponderação dos sub-critérios fez-se de forma agrupada, estruturada da seguinte forma $(H.1 + H.2 + H.3 + H.5) = 75\%$ do valor de 1 ou $(H.4 + H.5) = 100\%$. Caso se verifique um destes parâmetros o valor será de 0.